



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ACTA NÚMERO 10/XI/ 1.ª SL

Aos 26 dias do mês de Janeiro de 2010, pelas 17:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição ao Senhor Procurador-Geral Adjunto, João Manuel da Silva Miguel, indicado para ocupar o cargo de membro nacional na Eurojust;
2. Informação sobre a Audiência com a Chefe da Representação da Comissão Europeia em Portugal, Dr.ª Margarida Marques;
3. Nomeação de Deputado Relator sobre o Livre Verde relativo a uma iniciativa de cidadania europeia - COM (2009) 622 final;
4. Nomeação de Deputados Autores de Pareceres para as seguintes iniciativas:
  - COM (2009) 485 Final - Proposta de Decisão do Conselho que estabelece a posição a adoptar pela Comunidade na Comissão para a Conservação da Fauna e da Flora Marinhas da Antárctica. (Deputado Relator na 12ª Comissão: Fernando Marques (PSD));
  - COM (2009) 535 Final - Proposta de Decisão do Conselho relativa à Proposta de regulamento do PE e do Conselho referente às estatísticas de resíduos [Codificação] (Deputado Relator na 12ª Comissão: Artur Rego (CDS/PP));
  - COM (2009) 537 Final - Proposta de Decisão do Conselho que estabelece a posição a adoptar, em nome da Comunidade Europeia, sobre a proposta de adopção de planos de acção regionais no quadro da aplicação do artigo 15.º do Protocolo relativo à protecção do Mar Mediterrâneo contra a poluição de origem telúrica e resultante de actividades terrestres. (Deputado Relator na 12ª Comissão: João Portugal (PS));
  - COM (2009) 585 Final - Proposta de Decisão do Conselho em nome da Comunidade Europeia sobre as propostas de alteração, na décima sexta reunião das Partes Contratantes, dos anexos II e III do Protocolo respeitante às Áreas Especialmente Protegidas e à Diversidade Biológica no Mediterrâneo (Protocolo AEP/Biodiversidade) da Convenção sobre a Protecção do Ambiente Marinho e da Região Costeira do Mediterrâneo

(Convenção Barcelona). (Deputado Relator na 12ª Comissão: Paulo Cavaleiro (PSD));

- SEC (2009) 1093 Final - Documento de Trabalho da Comissão sobre o papel da agricultura Europeia na mitigação das alterações climáticas. (Deputada Relatora na 12ª Comissão: Carina João (PSD)).

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Vitalino Canas (PS), iniciou a reunião, dando as boas-vindas ao Senhor Procurador-Geral Adjunto e agradecendo a sua disponibilidade para estar presente nesta audição, a qual foi integralmente gravada em suporte áudio e ficará acessível na Internet na página da Comissão de assuntos Europeus, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede. Aproveitou ainda para referir e agradecer a presença de Senhores Deputados membros da 1ª Comissão. De seguida, fez um breve enquadramento à Eurojust e sublinhou que se tratava da primeira audição realizada nos termos da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto. Antes de passar a palavra ao Senhor Procurador-Geral Adjunto apresentou-o sucintamente, bem como fez algumas referências ao seu curriculum.

O Senhor Procurador-Geral Adjunto, Dr. João Manuel Silva Miguel, agradeceu as palavras do Senhor Presidente da Comissão e colocou-se ao dispor dos Senhores Deputados para responder às questões por estes formuladas.

O Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD) solicitou a palavra e começou por apresentar cumprimentos pessoais e em nome do Grupo parlamentar do PSD ao Senhor Procurador-Geral Adjunto, tendo de seguida tecido considerações gerais sobre o seu curriculum e experiência profissional concluindo pela total adequação dos mesmos à função para a qual está proposto. De seguida colocou duas questões: a primeira relativa ao auxílio judicial mútuo em matéria penal, nomeadamente, no que concerne à preparação dos juízes portugueses em matéria de Direito Europeu e à cooperação entre Ministérios Públicos dos vários Estados-membros. A segunda questão versou do reforço de competências e atribuições da Eurojust e da eventual criação do Procurador-Geral Europeu.

O Senhor Procurador-Geral Adjunto respondeu às questões formuladas, salientando a eventual utilidade da criação da Procuradoria Europeia para combate às infracções lesivas dos interesses financeiros da União.

De seguida, tomou a palavra o Senhor Deputado Nuno Magalhães (CDS-PP), o qual apresentou cumprimentos em nome próprio e em nome do seu partido ao Senhor

Procurador-Geral Adjunto e solicitou-lhe esclarecimentos sobre se considerava suficientes as competências da Eurojust, e em especial dos membros nacionais, e, por outro lado, se considerava que esta organização dispunha dos meios suficientes para levar a cabo as suas atribuições. Do mesmo modo, questionou sobre a eficácia da coordenação entre a Eurojust e as entidades nacionais.

O Senhor Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS) solicitou a palavra para interpelar a mesa sobre a condução dos trabalhos, propondo que em vez de a cada intervenção de um Senhor Deputado corresponder uma resposta do Senhor Procurador-Geral, pudesse ser feita uma ronda completa por todos os Grupos Parlamentares, à qual corresponderia depois uma intervenção do Senhor Procurador-Geral Adjunto para resposta a todas as perguntas. A essa primeira ronda, poder-se-ia seguir uma segunda.

O Senhor Presidente da Comissão colocou esta proposta à consideração da Comissão, que a aprovou. Deu então a palavra novamente ao Senhor Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS), desta feita para uma intervenção. O Senhor Deputado começou por tecer considerações gerais sobre o futuro da Eurojust no quadro das competências e dos desafios que se colocam à União Europeia, nomeadamente, em relação ao combate ao crime organizado. De seguida, questionou o Senhor Procurador-Geral Adjunto sobre quais considerava serem os desafios e os condicionalismos que se colocam à acção da Eurojust.

O Senhor Deputado João Oliveira (PCP) começou por cumprimentar o Senhor Procurador-Geral Adjunto e colocou a questão de como se ultrapassa a existência nos diferentes Estados-Membros da UE de soluções muito diferentes para as funções exercidas pelo Ministério Público, tanto em termos de prática como em termos de legislação. Por outro lado, solicitou esclarecimentos sobre qual seria a visão do Senhor Procurador-Geral Adjunto sobre a Eurojust, deveria ver reforçado o seu papel ou deveria manter-se essencialmente como entidade coordenadora.

A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) começou por apresentar cumprimentos ao Senhor Procurador-Geral Adjunto e, de seguida, indagou sobre a sua opinião relativa a uma eventual criação do Procurador-Geral Europeu. De seguida, solicitou esclarecimentos sobre uma certa deriva securitária da União Europeia, que não pode deixar de preocupar o Bloco de Esquerda, sobretudo sem serem salvaguardados os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

O Senhor Procurador-Geral Adjunto, Dr. João Manuel da Silva Miguel, começou por referir que em 2011 será produzida uma reflexão alargada sobre o futuro da

Eurojust e colocou-se ao dispor para, nessa altura, regressar à Assembleia da República para debater o futuro da organização. Dado esse facto, considerou prematuro tecer grandes considerações sobre que caminho deve seguir a Eurojust, salvaguardando as suas opiniões para um momento mais oportuno. No entanto, referiu que, em matéria penal, o desafio será encontrar um equilíbrio entre a soberania dos Estados-Membros e a intensificação da cooperação. Nesse âmbito, referiu que existem progressos assinaláveis nos últimos anos nas áreas de soberania partilhada, mas que os avanços futuros devem ser efectuados de forma cautelosa, tendo sempre em atenção o reforço da coordenação e cooperação com as jurisdições internas. Acrescentou ainda que considera imperioso o respeito pelas tradições jurídicas de cada Estado-membro, o que não deve impedir a dotação da Eurojust de meios e competências capazes de responder aos novos desafios que se colocam. Antes de terminar, referiu ainda que, em qualquer caso, se deve ter presente o respeito pelos direitos dos cidadãos.

Na segunda ronda de perguntas, o Senhor Deputado Luís Rodrigues (PSD) solicitou a palavra para levantar a questão do passado recente do membro nacional na Eurojust. A esse respeito, perguntou ao Senhor Procurador-Geral Adjunto se considerava que a Eurojust poderá ter saído de alguma forma fragilizada pelo que sucedeu e se isso poderá ter implicações na sua afirmação nas novas funções.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Comissão deu a palavra ao Senhor Procurador-Geral Adjunto, que solicitou a melhor compreensão aos Senhores Deputados, mas que considerava não ser correcto comentar essa questão em particular.

O Senhor Presidente da Comissão agradeceu então a presença do Senhor Procurador-Geral Adjunto e desejou-lhe as maiores felicidades para o futuro. Antes de dar por terminada a audição, agradeceu ainda a presença dos Senhores Deputados da 1ª Comissão que estiveram presentes nesta audição.

No segundo ponto da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Comissão deu conta da audiência concedida à Chefe da Representação da Comissão Europeia em Portugal, Dra. Margarida Marques e referiu que da reunião saiu uma proposta de realização, em conjunto, de um seminário/audição sobre a participação dos cidadãos no processo decisório da União europeia no âmbito do Tratado de Lisboa. Recordou que esta era uma das actividades propostas no Plano de Actividades da Comissão para esta sessão legislativa e colocou à consideração da Comissão a possibilidade desta realização conjunta.

O Senhor Deputado Pedro Brandão Rodrigues (CDS-PP) solicitou a palavra para demonstrar a sua concordância com esta realização conjunta referindo que ela poderá ser uma mais valia para o êxito desta iniciativa.

Tendo a iniciativa reunido consenso entre os Senhores Deputados presentes, o senhor Presidente da Comissão referiu que esta decisão seria transmitida à Dra. Manuela Marques e que se iriam iniciar todos os procedimentos tendentes à organização da referida audição/seminário.

No ponto três da Ordem do Dia, o Grupo Parlamentar do PS solicitou que pudesse indicar posteriormente o Deputado Relator para o Livro verde relativo a uma iniciativa de cidadania europeia – COM (2009) 622 final.

No quarto ponto da Ordem do Dia, o Grupo Parlamentar do CDS-PP indicou como Deputado Autor de Parecer o Senhor Deputado Pedro Brandão Rodrigues para a iniciativa COM (2009) 485 final - Proposta de Decisão do Conselho que estabelece a posição a adoptar pela Comunidade na Comissão para a Conservação da Fauna e da Flora Marinhas da Antárctica.

Relativamente às iniciativas COM (2009) 535 Final - Proposta de Decisão do Conselho relativa à Proposta de regulamento do PE e do Conselho referente às estatísticas de resíduos [Codificação] e COM (2009) 585 Final - Proposta de Decisão do Conselho em nome da Comunidade Europeia sobre as propostas de alteração, na décima sexta reunião das Partes Contratantes, dos anexos II e III do Protocolo respeitante às Áreas Especialmente Protegidas e à Diversidade Biológica no Mediterrâneo (Protocolo AEP/Biodiversidade) da Convenção sobre a Protecção do Ambiente Marinho e da Região Costeira do Mediterrâneo (Convenção Barcelona), cuja designação do Deputado Autor de Parecer cabe ao Grupo Parlamentar do PSD, este referiu que iria indicar posteriormente.

Em relação às iniciativas COM (2009) 537 Final - Proposta de Decisão do Conselho que estabelece a posição a adoptar, em nome da Comunidade Europeia, sobre a proposta de adopção de planos de acção regionais no quadro da aplicação do artigo 15.º do Protocolo relativo à protecção do Mar Mediterrâneo contra a poluição de origem telúrica e resultante de actividades terrestres e SEC (2009) 1093 Final - Documento de Trabalho da Comissão sobre o papel da agricultura Europeia na mitigação das alterações climáticas, cujo Deputado Autor de Parecer cabe ao Grupo Parlamentar do PS, este também referiu que os Senhores Deputados seriam indicados posteriormente.

A reunião foi encerrada às 18:26 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 04 de Fevereiro de 2010.

**O VICE-PRESIDENTE**

**(CARLOS COSTA NEVES)**

## **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Costa Neves  
Cecília Honório  
Honório Novo  
Luís Rodrigues  
Manuel Seabra  
Miguel Vale Almeida  
Pedro Brandão Rodrigues  
Pedro Duarte  
Sérgio Sousa Pinto  
Vitalino Canas  
António Gameiro  
João Paulo Pedrosa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa  
Arménio Santos  
João Serpa Oliva  
José de Bianchi

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes  
Carlos Páscoa Gonçalves  
José Ferreira Gomes  
José Ribeiro  
Luísa Roseira  
Paulo Pisco  
Vânia Jesus